



NARRATIVAS, REGISTROS, VÍDEOS E MEMÓRIAS: PRECONCEITOS E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO DO TEMPO RECENTE NOS RELATOS DE PROFESSORAS/ES-TUTORAS/ES DO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Alexandra Filipak¹
Kátia Cristina Dias da Costa²

Introdução

Este artigo propõe apresentar e discutir os registros em vídeo das narrativas realizadas no contexto da seleção de professoras/es-tutoras/es para a realização do Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE/PR) de formação de professoras/es, realizado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do Departamento de Diversidade (SEED/NGDS/DEDI) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2009-2010.

As gravações realizadas são registros da memória de um tempo recente que a partir da oralidade e do relato de experiências pessoais se transformam em documentos de vídeo enquanto práticas discursivas que cumprem um papel de disputa das memórias e narrativas em torno das questões de gênero e diversidade.

Assim objetivamos trazer presente uma narrativa transcrita, transformando a linguagem audiovisual em escrita no sentido de visibilizar as memórias das experiências das/dos sujeitos sobre violência e preconceito de gênero, de identidade e orientação sexual, contribuindo com a construção de uma história do tempo recente vista através das experiências e das subjetividades das pessoas que a constroem.

Curso Gênero e Diversidade na Escola e a seleção de professoras/es-tutoras/es: produzindo documentos e memórias a partir de oralidades

As entrevistas realizadas que resultaram em documentos-vídeos, foram realizadas no contexto do GDE/PR que é um curso de 200 horas de formação de professoras/es da rede estadual

¹ Pedagoga, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG-PR). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). alefilipak@hotmail.com.

² Licenciada em Educação Física, Mestre em Educação (UFPR). Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná, Parte da equipe técnica do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (NGDS – DEDI – SEED/PR). costkatia@gmail.com.



de educação nas temáticas gênero e diversidade para 1500 professoras/es. Esse curso proposto no Estado do Paraná pela SEED/NGDS e UEPG, é uma política pública do governo federal sendo uma parceria entre o governo federal, estaduais e universidades³.

Esse curso foi pensado no sentido de enfrentar uma realidade de exclusão e preconceitos no ambiente escolar brasileiro. Pesquisas que tratam dessa questão desenham uma escola que, em seu objetivo de formar cidadãs e cidadãos, se revela, influenciada e influenciadora por/de uma sociedade que pensa e se relaciona num cenário de discriminações e preconceitos com o que se apresenta inicialmente como diferente. Negros e negras, lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis, são alvo de violências e opressões e vivem o processo histórico de desigualdades de direitos. Direitos esses negados que restringem o acesso à cidadania, em grande medida, pela naturalização das diferenças etnicorraciais, de gênero, de orientação sexual marcada nos séculos XIX e XX. (CARRARA, 2009, p.13)

É importante dizer, nesta perspectiva que esta ação em parceria com o Estado e Universidade demonstrou a existência, na escola, de uma carência relevante sobre o tema de gênero e diversidade sexual e etnicorracial, tendo em vista que 8463 professoras/es se inscreveram para o curso e destas, 1432 foram selecionadas/os. O GDE/PR assume, pois o desafio dessa formação docente.

As/os professoras/es-tutoras/es *online* (um total de 50) que fizeram a mediação pedagógica no espaço de formação virtual, participaram de um processo de seleção afirmativa realizada pela coordenação do GDE compartilhada entre SEED/NGDS e UEPG, que em sua proposta metodológica resultou nos documentos-vídeos como registro das narrativas orais dessas/es professoras/es. Segundo a metodologia e a concepção teórica utilizada nos que se refere a registros de fontes orais (CALDAS, 1999; PORTELLI, 1997), é importante destacar cada candidato/a concordou e autorizou o uso de suas narrativas para pesquisas e produções escritas e audiovisuais.

O processo da entrevista se deu a partir de três pontos para que cada uma/um falasse livremente sobre preconceito e discriminação experienciado e por vezes a anunciação da ausência dele: apresentação pessoal de história individual, um pensar sobre o preconceito e relatos de uma ou mais histórias de preconceito e violência de gênero e diversidade que vivenciou.

A partir dos relatos das entrevistas percebeu-se a multiplicidade de opiniões e experiências presentes nas memórias das/dos professoras/es candidatas/os à tutoria do GDE/PR. Também apontou para o desafio da produção de conhecimentos e história que considere a diversidade e a

³ Ver a esse respeito: www.nutead.uepg.br/gde e www.e-clam.org/gde.php



multiplicidade de experiências vividas pelas/os sujeitos, no sentido de reconhecer que a produção de conhecimento passa, na contemporaneidade, pela revisão das ciências humanas e sociais e pelo reconhecimento de elementos antes marginalizados pela ciência – as subjetividades, as identidades, as experiências humanas individuais, as emoções, enfim o questionamento da visão do homem como ser unicamente racional, universal, central. (HELLER, 1999; MORIN, 2002; SANTOS, 2005).

Por fim, as entrevistas foram realizadas como uma das ações do Curso GDE/PR. Podemos entendê-las como uma das atividades desse curso que vincula extensão universitária, política pública, pesquisa e militância. Esse trabalho, portanto, traz elementos de pesquisa que resultam em documentos produtores de discursos que disputam memórias e visibilizam temas historicamente silenciados: preconceitos e violências de gênero e diversidade sexual.

Memórias de um tempo presente, história oral e subjetividades na produção de conhecimento

O eixo metodológico central desse trabalho é a análise da criação de uma documentação audiovisual e escrita, baseada em fontes orais (MEIHY, 1996, 2002, 2007; CALDAS, 1999; FREITAS, 2002) na temática de Gênero, preconceito e violência no contexto do Curso Gênero e Diversidade na Escola, Paraná.

Mas por que trabalhar com narrativas orais, registro e produção de documentos-vídeo e texto? Qual memória, então, deve ser registrada? Qual o papel do trabalho com narrativas orais e o registro dessas em vídeo e texto nos temas gênero, preconceito e violência?

Podemos destacar, nesse sentido que trabalhar com as oralidades, o registro de histórias orais de um tempo presente expressas em narrativas nos possibilita visibilizar as experiências das/dos sujeitos da realidade, registrando-as e transformando-as em documentos, buscando assim, garantir a presença, dessas experiências vividas enquanto memórias – que falam muito com capacidade de expressão e transformação - nas práticas históricas, sociais e culturais da vida cotidiana das pessoas e na produção de conhecimentos.

Para Meihy (2002), a história oral é um recurso usado para a elaboração de documentos e estudos que se referem à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva. O autor ainda discute que a história oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos e, transformados em textos escritos e que,



sobretudo ela possibilita a valorização das experiências humanas nos estudos relacionados à sociedade e a grupos humanos.

Se estamos falando da importância das noções de memória e subjetividades em trabalhos com registros de oralidades para a construção de uma história do tempo presente, então qual a relação entre memória e subjetividades?

As memórias se encontram num campo de disputas e relações de poder. É preciso considerar que, nesse sentido, os momentos históricos individuais e coletivos que conformam as memórias, aqui entendidas como processos que abrangem os atos de lembrar em permanente mudança, referentes ao presente, criam e recriam as subjetividades plurais e contraditórias a partir das experiências vividas. (POLAK, 1992). No caso do grupo de professoras/es entrevistadas/os, memórias e subjetividades se (re)constroem permanentemente em confronto e em diálogo com as formas plurais e diversas de viver as experiências, nesse caso, ligadas à gênero e diversidade sexual.

As reflexões de Michel Foucault sobre a noção de subjetividade, ao produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, dividida em certas práticas objetivadoras, subjetivadoras e discursivas nos ajudam a dar suporte teórico para esse trabalho. Como esse filósofo e historiador, consideramos que entre os domínios do saber, do poder e da ética, estabelecem-se relações do sujeito sobre as coisas, sobre a ação dos outros e sobre si, possibilitando questionar como nos constituímos enquanto sujeitos de nossos saberes, que exercem ou sofrem relações de poder, nos conformando em sujeitos morais de nossa ação, sobretudo na ação discursiva pela qual se luta. (FOUCAULT, 2004)

Também é importante considerar que para essa produção de conhecimento e registro das narrativas em torno das violências de gênero, o processo de interação entre pesquisadoras/es e professoras/es entrevistadas/dos para a produção dos vídeos, não é feito sem uma troca estabelecida que ajuda a compor o formato das narrativas e das gravações.

Alessandro Portelli (1997), nesse sentido, em texto que faz referência à utilização da história oral na pesquisa discute a interação desenvolvida entre pesquisador e sujeitos no trabalho com as narrativas. Ele afirma, nessa discussão que abrange a ideia de igualdade e diferença no campo da pesquisa a partir da história oral, que a interação que se dá nas entrevistas, no trabalho de pesquisa, é permeada de trocas entre as subjetividades e identidades que se dão entre os sujeitos – pesquisador e colaboradoras/es.

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode literalmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. (PORTELLI, 1997, p. 9)



Dessa forma, as entrevistas com as/os candidatas/os a professoras/es-tutoras/es do GDE/PR que estarão transcritas, a seguir, estão permeadas de questões produzidas pelo contexto da entrevista, pela relação estabelecida entre as/os professoras/es-pesquisadoras/es e as/os entrevistadas/os. Esses fatores delineiam a pesquisa e produzem uma síntese nesse processo de mediação e interação. Síntese essa de conhecimento e de experiência humana nessa relação estabelecida no processo de pesquisa que resulta nos registros das falas presentes nesse trabalho.

As falas disponibilizadas a seguir são os registros das memórias, a partir das práticas discursivas que, enquanto registro, cumprem o papel de tornarem-se conhecimento produzido e se colocam nos campos das disputas sobretudo porque visibilizam situações de violação de direitos ligados às questões de gênero e diversidade sexual historicamente silenciados e negados, homogeneizados na ciência e nas práticas sociais.

Ultrapassando fronteiras discursivas de gênero e registrando memórias de violências não silenciadas: a fala de André Lucas

A narrativa presente nesse texto está sendo colocada enquanto documento que circula para disputar e compor o debate de gênero e violência. Foi escolhida uma entrevista de um universo médio de 80 entrevistas gravadas, para ser apresentada nesse texto, por se tratar de uma experiência de vida ligada às questões de gênero e diversidade sexual que têm sua importância no registro da história que nos desafiamos a contar e no compromisso com o enfrentamento das violências de gênero e com as mudanças sociais e a garantia dos direitos humanos.

André Lucas:

Vou falar da minha história pessoal, eu tenho 35 anos, meu nome, é aí que começa... na verdade o nome que saiu na lista é o meu nome social. Eu não sei se as pessoas conhecem o termo nome social porque na verdade eu tenho um nome civil que não condiz com a minha identidade de gênero e nem com minha aparência física, portanto ele me causa constrangimentos. Então eu uso o nome social que é André Lucas. Eu tenho uma formação já, eu sou formado em fisioterapia e agora eu estou fazendo uma segunda formação que é em Ciências Sociais na UFPR, sou estudante de Ciências Sociais. Também sou estagiário da biblioteca de humanas da UFPR, até o ano passado eu tinha vínculo com o Estado, do PSS, mas esse ano e não consegui pegar aulas.

E assim, um dado que talvez seja relevante, apesar de eu não gostar que ele seja relevante, normalmente ele se torna o centro das atenções, ele deveria ser um dado só, é que eu uso, então o



nome social, porque eu sou uma pessoa que pertence ao universo LGBT. Eu sou um dos raros casos, as pessoas desconhecem, do que eles chamam de homem transexual, ou a sigla que o movimento mais conhece FTM que vem da sigla em inglês *female-to-male*. Uma pessoa com biocorpo feminino para a transformação para o masculino, por isso que eu tenho um nome civil que não condiz com a minha aparência. Eu sou esse, atualmente!

Na universidade eu tenho um papel, que eu diria militante, justamente por fazer parte de uma comunidade que é estigmatizada, preconceituada, eu já venho de muitos anos fazendo parte mesmo do movimento social. (...) Eu estou dentro da universidade que é um espaço bastante preconceituoso e que me traz inúmeros problemas, a universidade é recheada disso! Eu faço parte de dois movimentos militantes dentro da universidade. Um que é o MCI, Movimento de Combate à Intolerância que foi um movimento que surgiu de um fato que foi a agressão de um colega meu de curso que é um rapaz gay e que apanhou recentemente de grupos neonazistas. Teve uma complicação grave, perdeu 6 dentes, teve que fazer cirurgias no rosto, e a gente aproveitou aquele espaço de comoção pública para que os estudantes comecem a enxergar que a questão de gênero é uma questão que é real mesmo e está lá, é incipiente, não dá mais para ficar esperando acontecer. (...)

Daí surgiu um outro movimento (...) o que hoje se chama Coletivo Stonewall que é um coletivo que começou também com estudantes, eu sou fundador, para resgatar tanto a história do levante de Stonewall, (...) É importante trazer essa história de Stonewall porque, até como Foucault fala, é uma história escondida, a ciência história fala do que ela quer, dos atores que ela quer, então não fala desses atores que existiram (...). A ideia do Coletivo ter o nome Stonewall para que ele seja um resgate mesmo (...) nossa evento vai ser “Stonewall: o levante que a história esqueceu”. (...)

Eu sou casado, (...) moro com a minha namorada que é assistente social, que também é militante, faz parte do Coletivo, e hoje eu posso dizer que é a pessoa mais importante na minha vida, porque ela está junto mesmo (...).

Justamente por eu fazer parte de um grupo social que é excluído ao máximo, que é silenciado, e que, a minha categoria mesmo enquanto homem transexual, mais rara ainda, eu passo a ser quase aquela bactéria invisível que as pessoas têm que pegar um microscópio ultrapotente para conhecer porque elas não sabem, aí eu vou para o campo do exótico mesmo. (...) Algumas histórias são bem contundentes. Toda a minha história pessoal perpassa por preconceito (...). Desde muito jovem eu já mostrei, já causei insatisfação em todos os grupos. Então, por exemplo, para a minha família, que tinha a ideia bem heteronormativa, de que as pessoas nascem sob dois sexos e que



esses sexos são essencialmente definidos pela natureza, daí você vê uma criança que tem um corpo feminino e que começa a ter desejos por brincadeiras, atividades que são ditas masculinas, e reivindica esse direito de fazer como um ser legítimo, isso traz impacto. Eu venho de uma família de tradição alemã, muito comum aqui em Curitiba, e a tradição alemã é uma tradição bem radical mesmo, ou você faz as coisas ou você está fora. Então eu apanhei várias vezes. No campo das violências físicas, a minha avó foi a pessoa que mais me mostrou o que era possível quando a violência física acontece.

Na escola, (...) a escola passa a ser um espaço de terror para quem é estigmatizado (...) Então eu sempre tive as melhores notas, ganhava prêmios, representava a escola, mas isso ainda não evitava de eu ser destrutado. Uma vez até eu fui chamado para a diretoria, eu estava na sétima série, (...) para receber uma suspensão porque eu não me comportava de acordo com o que se esperava e aquilo para mim foi muito marcante. (...) Era uma coordenadora que conversou comigo e ficou me questionando. (...) O meu entendimento de mim era que eu era menino e pronto. As pessoas que eram tolas que não percebiam isso! As pessoas que não estavam entendendo. Então eu sempre tive um discurso muito franco, as pessoas perguntavam para mim por que eu estava cortando o cabelo, por que eu queria jogar bola, e eu respondia numa tranquilidade muito grande: “Ah porque eu sou um menino! Onde está o problema?” Para mim não havia problema, mas havia, a escola já percebia isso. E eu não cedia. “Ah, mas você não pode fazer assim...” E nunca ninguém me dava explicações que para mim fossem racionais. “Eu não vou mudar!” “Não você tem que deixar o cabelo crescer, tem que vir de saia...” Para mim isso era uma agressão muito grande. (...) A escola usa todo o seu poder disciplinador e pau, suspensão! (...) Hoje eu vejo que isso é uma agressão violenta. Impedir uma criança de frequentar as aulas porque ela apresenta uma sexualidade, uma identidade de gênero diferente da dominante é perverso! (...) Foi um momento que eu percebi: em casa você não é aceito, na escola também não. Onde você vai ser? Você começa a perceber que seus caminhos vão se encurtando, vai se afunilando (...)

A universidade, hoje em dia é um espaço que me decepciona muito, porque eu voltei a estudar na universidade quando eu tinha 32 anos, quando eu passei no vestibular (...). Daí você vai lá, se esforça, passa, e desde que você entra lá fica muito claro, muito definido que o seu espaço não é aquele, que você, no máximo é para ser um objeto de estudo, mas você não tem direito real de estar lá, as pessoas não querem você lá. Eu já tive professores, da universidade, do Curso de Ciências Sociais, no primeiro período, que apontavam a porta da sala para mim! (...) O professor falou na sala absurdos como: “O homossexualismo é uma aberração da natureza, essas pessoas têm



que ser tratadas...” Cai num discurso pré-histórico já, nada científico, nada laico. (...) A UFPR mostra para mim, claramente, todos os dias que se você está fora do padrão, você não tem que estar lá! (...)

Bibliografia

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CARRARA, Sérgio. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. IN: MEC/SECAD; SPM; SEPPIR; CLAM; BRITISH COUNCIL. *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais - Livro de conteúdos*. Brasília: 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11^a ed., São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

HELLER, Agnes et al. *A crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MEC/SECAD; SPM; SEPPIR; CLAM; BRITISH COUNCIL. *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais - Livro de conteúdos*. Brasília: 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 5. n. 10., 1992. pp. 200-215.

PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade*. IN: Projeto de História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.